

JEFERSON FERNANDO CELOS

**A
LUTA PELA
RESSIGNIFICAÇÃO
DOS QUILOMBOS**

DOS PRIMÓRDIOS DA RESISTÊNCIA
QUILOMBOLA AO JULGAMENTO
DA ADI N° 3.239

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

Sumário

Introdução	1
Capítulo I – Resistência quilombola: a luta por direitos em movimento ...	9
1.1 Quilombos e o enfrentamento da ordem jurídico-política escravista...	9
1.2 Da invisibilidade normativa no pós-Abolição ao reconhecimento dos quilombolas como sujeitos de direitos pela CF/88	28
1.3 Resignificação constitucional e interdisciplinar dos quilombos: a busca por outra interpretação do art. 68 do ADCT	42
1.4 A pressão para a regulamentação do art. 68 do ADCT direciona-se ao poder executivo federal	53
1.4.1 Decreto Federal nº 3.912/01 (Governo FHC)	56
1.4.2 Decreto Federal nº 4.887/03 (Governo Lula) e os desdobramentos da Convenção nº 169 da OIT	62
Capítulo II – A luta pelos significados chega ao palco do STF: o julgamento da ADI nº 3.239 sob a ótica da pluralização do debate constitucional.....	75
2.1 Ocupação político-jurídica do STF e a propositura da ADI nº 3.239 ...	77
2.2 A disputa não foi apenas sobre a constitucionalidade do Decreto nº 4.887/03.....	88
2.2.1 Argumentações apresentadas pelo PFL, pela AGU e pela PGR...	89
2.2.2 Pluralidade do debate constitucional e a intervenção dos <i>amici curiae</i>	102

Capítulo III – Descrevendo os votos das Ministras e Ministros do STF123

3.1 Cezar Peluso.....	125
3.2 Rosa Weber	139
3.3 Dias Toffoli.....	150
3.4 Edson Fachin	161
3.5 Roberto Barroso.....	171
3.6 Ricardo Lewandowski.....	178
3.7 Gilmar Mendes.....	182
3.8 Luiz Fux.....	187
3.9 Marco Aurélio	196
3.10 Celso de Mello	199
3.11 Cármen Lúcia.....	201
3.12 Os significados de quilombo, quilombolas e terras quilombolas que sobressaíram do acórdão	205

Capítulo IV – Práxis jurídica quilombola e a crítica do julgamento da ADI nº 3.239 desde uma abordagem crítico-dialética do direito ... 213

4.1 Direito em perspectiva crítica e plural.....	214
4.2 A visão dialética precisa alargar o foco do direito	229
4.3 Construção de uma cultura de direitos humanos e o aquilombamento jurídico	238
4.4 A ADI nº 3.239 sob o julgamento da crítica e a definição de significados no campo jurídico.....	250

Considerações finais.....269

Referências Bibliográficas.....277